

Educação, Multiculturalismo e Desigualdade. A Ação Afirmativa na Forma de Cotas Raciais para o Ensino Superior:

Traços de uma Dívida Histórica e Social e a Busca da Equidade Educacional com Respeito à Democracia
Sebastião de Souza Lemes

Como citar: LEMES, S. S. Educação, Multiculturalismo e Desigualdade. A Ação Afirmativa na Forma de Cotas Raciais para o Ensino Superior: Traços de uma Dívida Histórica e Social e a Busca da Equidade Educacional com Respeito à Democracia. *In*: BRABO, T. S. A. M.; REIS, M. (org.). **Educação, direitos humanos e exclusão social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 115-123. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-257-4.p115-123>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

**EDUCAÇÃO, MULTICULTURALISMO E DESIGUALDADE.
A AÇÃO AFIRMATIVA NA FORMA DE COTAS RACIAIS PARA
O ENSINO SUPERIOR: TRAÇOS DE UMA DÍVIDA HISTÓRICA
E SOCIAL E A BUSCA DA EQUIDADE EDUCACIONAL COM
RESPEITO À DEMOCRACIA**

Sebastião de Souza Lemes

Manter a discussão desse assunto, principalmente a partir do foco nas Cotas Raciais no Ensino Superior enquanto uma das formas de Ação Afirmativa nas políticas públicas é, no mínimo, assumir uma ousadia. Tanto pelas paixões que desperta quanto pela pluralidade de opiniões que suscita. No entanto, é necessário que, nos diferentes momentos que se sucedem na história recente deste país, se acrescentem esclarecimentos e argumentos que reorientem essas discussões. Esclarecimentos no sentido de oferecer à sociedade mais elementos sobre contexto no qual se insere o debate e os argumentos que fundamentam as posições assumidas diante de decisões sobre o assunto.

Sobre o contexto no qual se insere este debate é preciso que se saiba que temos como pressupostos para nossos argumentos, fatos e dados históricos que nos mostram fazermos parte de uma sociedade preconceituosa, racista e discriminadora; cujas raízes estão fincadas na mentalidade classista e escravocrata. O Brasil, como o último país a abolir a escravidão no mundo, fez, à época, um debate estéril sobre quem (ou o que) é, de fato, ser um escravizado. Hoje esse debate resgata e retira a esterilidade do mesmo e procura evidenciar a necessidade do enfrentamento dessa questão. O aprofundamento dessa questão nos revela um processo perverso de expropriação do indivíduo de suas componentes mais básicas como um ser humano. Claude Meillassoux descreve

como característica do escravizado ser, inicialmente, retirado de sua sociedade de origem e, posteriormente introduzido em uma sociedade escravagista. O estado dos escravizados era precedido de um processo de despersonalização e de dessocialização, cujo resultado era uma sucessão de transformações que faziam deles indivíduos sem laços de parentescos, afinidades ou mesmo de vizinhança, com efeito, prontos para a exploração. Como consequência direta da esterilidade do debate que se impôs à sociedade foi a ausência da criticidade estabelecida para os efeitos do ato jurídico denominado Lei Áurea. O movimento anti-escravismo no Brasil foi conduzido muito mais por questões econômicas que por movimentos sociais em busca da libertação de um povo. O Negro, no Brasil escravocrata, era uma mercadoria e não um povo ou mesmo um ser humano. Em síntese era um ser dessocializado, descivilizado, despersonalizado e dessexualizado (MEILLASSOUX, 1995, 78-91). Esse povo não elegeu um inimigo a combater, não levantou bandeira de luta e, quando se percebeu enquanto povo e buscou a construção de um identidade, encontrava-se submetido a sutileza perversa e preconceituosa da discriminação racial onde, miscigenado sim, incluído (ou integrado) social e economicamente jamais. Assim, ao longo de séculos, a nossa sociedade constrói e instala uma mentalidade cujo sentido se revela quando ouvimos expressões do tipo: “[...] não tenho nada contra negros, até jogo futebol com eles!” É nesse contexto de mentalidade, sutilmente racista e preconceituosa, que devemos indagar: Por que nossa sociedade assim se manifesta? Por que essa situação se evidencia em relação ao afro descendente? Como foi a trajetória histórica e social de um povo que, após o perverso processo pelo qual passou até que se tornasse um escravizado, foi entregue à própria sorte em um brutal estado de miserabilidade de uma sociedade escravagista? Por fim, assim considerando a postura de nossa sociedade frente a esses povos, há que se indagar também: é essa a sociedade e a mentalidade do estado de democracia que queremos em nosso país? Indagações como essas deveriam ser postas por todos na nossa sociedade de maneira sistemática, até que se tivesse as respostas e os argumentos consistentes para transformar a nossa maneira de ver e pensar sobre esse assunto e, com isso, pudesse construir uma sociedade mais consciente da necessidade de equidade e de justiça. Para tanto, algumas ações precisam ser desencadeadas pelos diferentes seguimentos dessa sociedade. Nesse momento, parece evidente que o poder público e a área acadêmica são a vanguarda dessa mentalidade e saem na frente nesse debate

(ou seria embate?). O poder público responsável por um governo democrático precisa fomentar a igualdade de direitos e a equidade de condições para o exercício da cidadania plena por todos os cidadãos. Quanto a área acadêmica, pela sua natureza nessa sociedade, deve ser o segmento responsável pela busca, produção e disseminação dos conhecimentos que possibilitam a transformação e qualificação das relações sociais. Conhecimentos que podem responder e esclarecer às indagações apresentadas e, no seu âmbito de atuação, tomar decisões e agir sobre essas questões.

A pluralidade étnica de que se constitui a sociedade brasileira tem um enorme espectro de abrangência. A matriz racial abrange dezenas de etnias vindas das mais diferentes origens e pontos do planeta. Apesar disso, apenas o povo de origem africana fora, durante significativa parte de nossa história, capturado, subjugado a força, escravizado e, como tal, trazido ao nosso país da forma mais desumana e degradante que se possa conceber. Claude Meillassoux, já citado oportunamente, afirma que, em categorias sociais excluídas da África, se observa o caráter mercantilista da escravidão. Isso ocorre quando alguns indivíduos são entregues, pelas famílias, a credores como penhora e, esses credores, podem usufruir gratuitamente de seus serviços até a extinção da dívida. Nesse contexto, há que se supor a hierarquia nas diferentes famílias, originadas, evidentemente, na dimensão econômica, pois essa é a origem da dívida. Esse autor (1995, p. 31) afirma que “se existe uma gênese de escravidão na África, é na escala de uma história que ultrapassa o continente que se deve procurá-la.” Desde onde a história consegue obter registros, os procedimentos escravagistas se baseiam no subjugo de seres humanos. Imposto e reforçado pela relação hierárquica e não relação em equidade. Já houve épocas em que Sacerdotes muçulmanos, por exemplo, baseados em justificativas “morais”, tinham interesse em incitarem soberanos a subjugar os “pagãos” e, com eles, abastecer o mercado de escravizados. É por meio deles que a história descreve o subjugo de alguns seres humanos por outros. Vamos falar um pouco disso.

Aos escravizados, em contrapartida pelo trabalho que realizavam, cabia a sua minguada ração individual de sustento. Quando, por força do esgotamento do tráfico desse tipo de mão de obra, sua condição começa a se modificar, pois a “renovação” desta dependia unicamente do mercado, uma vez que não lhes era permitida a reprodução e, por isso, viviam em estado celibatário. Essa situação provoca busca de alternativas para o

estímulo à produção junto àqueles que ali estavam e, de certa forma, impõe a transformação desses escravizados braçais (que eram a grande maioria) em escravizados “feudatários”, aos quais era permitido o cultivo em pequeno campo para seu sustento, desde que, é claro, dividisse seu produto com o seu senhor. Esses, a critério e desejo de seu senhor poderiam ascender, também, a “meeiros”, “manumissos” e até “alforriados”. Assim fica evidente que muda sua condição, mas pelas características das relações construídas naquela sociedade, o seu estado continuaria o mesmo. O estigma da escravidão era, e parece continuar sendo, algo perpétuo entre esses povos e seus descendentes.

Uma sociedade se caracteriza historicamente mais por suas formas de reprodução sócio-cultural que pelos seus modos de produção. É aí que reside a mentalidade de um povo. Os diferentes povos reproduzem, em seus respectivos contextos e momentos históricos, a herança das relações sociais e produtivas construídas ao longo do tempo, pelo acúmulo de conhecimentos que conseguiu produzir, pela aculturação e materialidade de cada meio. Associadas a isso estão às formas pelas quais esses povos agem, político e ideologicamente, em relação a si próprio e a outros povos e governos. Essas componentes são determinantes das relações de produção e dos indivíduos que a compõem de maneira integrada. Somos sim, no sistema capitalista, uma sociedade de classes, mas não precisamos ser por isso, uma sociedade que cultiva a mentalidade escravocrata e excludente. A exclusão social, segundo Feres Junior e Zoninsein (2006, p. 25)

[...] refere-se a duas dimensões complementares do desenvolvimento.[...] identifica processos sociais que discriminam certos grupos e indivíduos, dificultando o seu acesso aos frutos do desenvolvimento, tais como participação no processo decisório, acesso a educação, à saúde, ao emprego, aos bens materiais e as redes de proteção social.

Em um contexto social, político e culturalmente assim constituído há que se provocar uma ruptura com o processo e, para tanto é preciso que haja uma concordância entre diferentes fatores: um estado democrático de fato, a vontade política e, por fim, as ações de intervenção na realidade concreta. Ao que parece, vive-se no Brasil esse momento e as Cotas Raciais no ensino superior, entre outras ações afirmativas, se configuram como um desses instrumentos de intervenção.

Meillassoux (1995, p. 7) ao analisar a relação de dominação sobre o escravizado, afirma que

[...] a escravidão não conduz apenas à alienação dos explorados, mas também à dos exploradores. Ela conduz à negação da humanidade [...], ao desprezo e ao ódio. Ela incita ao racismo, à arbitrariedade, às sevícias e aos assassinatos purificadores, armas características das lutas de classes mais cruéis. Se é verdade que, em algum momento, a escravidão tenha contribuído para um eventual progresso material, ela também nos legou, como líderes, intelectuais, filósofos e políticos, cuja consciência era produto dessa cegueira e desses preconceitos.

O estado de um escravizado era o resultado de uma sucessão de transformações que faziam dele um indivíduo sem parentesco, sem afinidades ou vizinhanças e, com isso, estaria pronto para ser explorado. Este estado original, rapidamente se tornava permanente e definitivamente ligado ao cativo. O estado e a condição de escavo eram coisas distintas e sem comunicação.

Essa foi a maneira como, historicamente, se originou mais de 50% da população brasileira atual. Começamos assim a ter compreensão de onde vem e como foi, de fato, construída a mentalidade de nossa sociedade. Por isso, o Afro-descendente é considerado um indivíduo de condição inferior, ou seja, o ex-escravizado (ou seu descendente), que para a mentalidade colonial, um objeto de propriedade de seu senhor como qualquer outra, seja um arado ou um animal.

Importa que se saiba que, em um determinado momento dessa história, onde, fundamentalmente, pela escassez de mercado e, conseqüentemente, por direito e, principalmente pelas pressões econômicas, esse escravizado torna-se um ser humano, um indivíduo ou, como se dizia à época, “um homem livre...”.

Em um país que não é o seu e em um meio social que não o reconhece sequer como ser humano, e sim com uma “coisa” (sem nenhum exagero para o tratamento dado ao escravizado à época da abolição). Nesse contexto, o “homem livre” era o negro entregue a sua própria sorte. Desse momento histórico evoluíram os grupos afro-descendentes que, hoje, são aqueles 50% de toda sociedade brasileira que me referi anteriormente. O Brasil hoje assume sua posição no contexto das democracias do mundo e procurando manter-se como tal precisa reconhecer que a discriminação é um grande fator

de inibição ao exercício de liberdade individual e de desenvolvimento das relações humanas.

Não me atrevo desconsiderar a complexidade dos conceitos e fundamentos que aqui apresento, sem o devido aprofundamento, mas considero-os imprescindíveis para nossas argumentações. Em que pese os demais argumentos que se tem apresentado para esse debate, considero, como Feres Junior (2006), que são basicamente três os argumentos que justificam as ações afirmativas. São eles: a reparação, justiça distributiva e diversidade. Todos eles fundamentados em substratos normativos de ordem moral para as relações sociais na democracia plena de um povo. Joaquim Barbosa (2008) , eminente ministro do Supremo Tribunal Federal, sintetiza de forma brilhante tal assertiva quando afirma que

[...] entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas está o de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica aptas a subtrair do imaginário coletivo a idéia de supremacia e subordinação de uma raça em relação a outra.

É com base nesses argumentos que procuro interpretar as Cotas Raciais, assim, as considero como o resgate feito pela universidade de, pelo menos, parte da dívida social contraída pelo nosso país ao longo de sua história com o povo negro. Nesse sentido, a Universidade, ao assumir o debate e as ações afirmativas com vistas à inclusão, reconhece, pública e oficialmente, a necessidade de ruptura com uma história de segregação e, em seu âmbito de atuação, apresenta a sua forma e condição para saldar a parte que lhe cabe no montante dessa dívida. Além disso, rompe com um tipo de mentalidade ao mesmo tempo em que abre caminho para o enfrentamento das resistências que se apresentam. Nesse momento penso em manter presente o debate que se conseguiu instalar, quando muitos já estão procurando estabelecer essa discussão pela ótica da validade, ou não, dessas ações.

As Cotas Raciais representam, tardiamente, o apoio político institucional da área acadêmica aos processos de ações de discriminação positiva em nossa sociedade. Isto significa que, nesse momento, há também a predisposição do estado e do poder público vigente para romper a letargia, cômoda e dogmática, do poder público frente a histórica afronta, desumana e desleal, que se fez à esse povo. Apesar disso, parece-me haver uma maior

predisposição à defesa pública por parte dos opositores desse pensamento que daqueles que o defendem de forma aberta e sistemática. Além disso, ainda parece haver, por parte dos argumentos daqueles que procuram fazer sua defesa, o reconhecimento político ideológico, experimental ou mesmo de uma ação puramente empírica, realizada para satisfazer demandas de alguns grupos e não como produto de processos sócio-culturais e antropológicos de construção de identidades desde a diáspora negra. A Universidade, nesse contexto, precisa manter e aprofundar suas práticas sobre questões como essa tendo como fundamento os princípios de universalidade no seu fazer acadêmico. Nesse sentido, deve ainda buscar mecanismos de interação entre Cotas, diversidade cultural, a da identidade racial, entre outras necessidades desse contexto. Mais que isso, enquanto um ambiente estruturado de construções de saberes e de formação de indivíduos é responsável por trajetórias profissionais e sociais daqueles que ali se preparam (Rocha Pinto, 2006). A ação afirmativa tem uma natureza multi e transdisciplinar o que se torna um desafio para as individualidades e os nichos isolados de saberes que, em geral, caracterizam os trabalhos acadêmicos.

Uma vez estabelecido o debate e posta à mostra a necessária ruptura, resta então a busca por outros argumentos e suas respectivas fundamentações para sustentá-las e, na medida do possível, ampliar nossa compreensão sobre o assunto.

Vejamos, então, alguns números relativos ao Brasil atual e nossa Universidade.

No Brasil, segundo resultados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010, existem algo próximo de cem milhões de habitantes negros e afro-brasileiros e, como já disse anteriormente, isto representa a metade de toda a população brasileira. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão oficial do Ministério da Educação (MEC) e responsável pela análise e divulgação de dados relativos à educação no Brasil, mostra, por meio dos números do Exame Nacional de Cursos o “Provão” de 2003; que enquanto cursos de formação para carreiras como Arquitetura, Odontologia, Medicina, entre outros de maior status profissional, tem 1% ou menos de Negros e, se considerarmos, nessas carreiras, todos os demais Afro-brasileiros eles chegam a uma média de 13%. Os números do INEP mostram muito mais sobre

essas distorções no Ensino Superior, pois enquanto na totalidade dos cursos avaliados pelo “Provão”, tem-se 72,1% de autodenominados brancos, tem-se 3,6% de Negros e 20,4% de outros Afro- brasileiros (mulatos, pardos e outros). Isto significa que se tem, uma média máxima, de 24% dessa etnia nos quadros dos cursos superior avaliados pelo INEP. Em outro dado, o menor percentual dessa etnia encontra-se no ensino particular; enquanto 77% são dos autodenominados brancos; apenas 19,5% se denominam negros ou Afro- brasileiros. O curso de formação do Historiador é aquele que tem o maior número de Afro- brasileiros entre todos os cursos superiores oferecidos no Brasil; eles são 39,4% do total. Pelo exposto, seria desnecessário indagar: por que, em uma população que compõe quase a metade de nossa sociedade, apenas 24% dela consegue ascender educacionalmente? E, quando nos referimos exclusivamente aos Negros, fala-se de 3,6% deles. Contudo, alguns seguimentos, ingenuamente contrários, dizem “As Cotas vão reduzir o meu número de vagas...”. Outros, não tão ingênuos e com um misto de sarcasmo e “esperteza” literária, se pronuncia impingindo a desonestidade como componente da natureza humana e, por isso, estabelecerem-se Cotas como instrumento de ações afirmativas de governo é um irracionalismo (KAMEL, 2006, p. 90). Contudo, é preciso que se entenda que essas Cotas são, de fato, partes das políticas públicas que buscam a reparação da exclusão em favor dos grupos étnica e racialmente discriminados (FERES JUNIOR; ZONINZEIN, 2006). A Universidade pública, como é de sua natureza, inteligente e corajosamente, dá os primeiros passos nessa direção.

Por outro lado, se pensarmos em concorrência, enquanto os autodenominados brancos concorrem por 80% das vagas, sendo eles a metade da população, o Afro- brasileiro deverá concorrer por 20%, sendo eles a outra metade, nesse ponto de vista não seria justo perguntar se o caráter meritocrático da seleção se pauta por uma distribuição de direitos iguais? Não há aí algo de discrepante e, até mesmo, perverso nessa proporção. Se o que pretendemos para nosso país é uma democracia de fato e de direito devemos, a todo custo, buscar um dos seus sustentáculos que é exatamente a equidade que nos referimos anteriormente. E, a cada avanço obtido, precisamos preservá-lo. A única coisa que podemos fazer, pelo resgate dessa dívida e pela busca dessa equidade na educação, são as Cotas? Sabidamente não, enquanto ato isolado e em seu contexto conflituoso, mas óbvia e logicamente, é parte

importante e significativa nesse processo. Importa lembrar que há séculos que se fala nessa dívida e na busca dessa equidade, essas Cotas são, neste momento, o mais contundente sinal de ruptura com um sistema que não quer mais apenas falar sobre o assunto, pois a espera acabou e este momento é de ação. O professor Lauro Morhy (2003, p. 42), ex-Reitor da Universidade de Brasília, nos oferece, com raro brilhantismo e sabedoria, um norte ao afirmar: “A superação efetiva dessa situação de preconceito dogmático se dará pelo caminho da aculturação e do conhecimento. Pelo desenvolvimento cultural do ser humano como efeito da evolução da humanidade.” Nesse sentido e em futuro próximo, as Cotas não mais serão necessárias, farão parte, apenas, da história de nosso povo. Sem dúvida, de uma parte da história que teve como objetivo de suas lutas uma sociedade mais justa e igualitária do que estas que nos contam hoje.

REFERÊNCIAS

- FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). *Ações afirmativas e universidade*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Relatório Técnico Censitário. IBGE, 2007.
- KAMEL, Ali. *Não somos racistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MILHOLAN, Poutignat Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- ROCHA PINTO, Paulo Gabriel Hilu da. Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na UERJ. In: FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (Org.). *Ações afirmativas e universidade*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006.